

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - RFB

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF07

ANEXO I DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA RFB/SRRF07 Nº 90002/2025

MINUTA DO CONTRATO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE PERMISSÃO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE
MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE
MERCADORIAS EM PORTO SECO NO
MUNICÍPIO DE _____ QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO E A EMPRESA
_____.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da.....Região Fiscal - SRRF, com sede na(endereço), de um lado, a UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil daRegião Fiscal - SRRF RF, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), Chefe da Divisão de Programação e Logística da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da Região Fiscal, no uso da competência outorgada pelo artigo § 8º do art. 358, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, que lhe confere poderes para a celebração do contrato de Permissão para a Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco, em sequência denominada simplesmente Permitente, e, de outro lado, a empresa, CNPJ nº,estabelecida na cidade de, na Rua (Avenida), nº, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua)(cargo), Sr. (a),.....,CPF nº, (nacionalidade)....., (estado civil)....., portador da cédula de Identidade nº, expedida por, em conformidade (indicar os instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade), daqui por diante denominada simplesmente Permissionária, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, **ex vi** do disposto na Lei de Licitações e Contratos, e no art. 13, inciso III, alínea "e", do Decreto-Lei nº 147, de 3 de Fevereiro de 1967, e ainda com o inciso IV do art. 5º, do Decreto nº 93.237, de 8 de setembro de 1986, em conformidade com o constante do Processo Administrativo nº, CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE

MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS no PORTO SECO DE<nome do município>, que se regerá pelas disposições das Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.074, de 7 de Julho de 1995, e subsidiariamente pela Lei de Licitações e Contratos, bem como da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a Administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, do Decreto nº 2.763, de 31 de Agosto de 1998 e da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, observada também, se for o caso, a legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco/....., para carga**geral e outras**, localizada no<endereço>..... no Município de..... .

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Porto Seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas e as destinadas à exportação, devendo ser nele executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No Porto Seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas a regime aduaneiro comum ou especial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - A execução dos serviços obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o Processo Administrativo no 10707-720.228/2024-00 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

- a) Edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX
- b) documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela Permissionária na Concorrência RFB/SRRF- Nº .../20XX, , em XX de XX de 20XX; e
- c) outros documentos relevantes, todos assinados ou rubricados pela Permissionária.

PARÁGRAFO QUARTO - DA LICITAÇÃO - Os serviços ora contratados foram objeto de licitação, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX constante de fls. __ a __ do Processo no 10707-720.228/2024-00, cujo aviso foi publicado com a antecedência mínima de dias, na página do "Diário Oficial da União", de XX de XX _____ de 20XX, nas páginas XX dos jornais _____<nomes do jornal>____, de _____<nome do município>____, em ____ de _____ de 20XX, bem como no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil e no Portal Nacional de Contratações Públicas .

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA - O presente contrato terá vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União e terá duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado, por mais 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.074, de 1995, com a redação dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados na Lei de Licitações e Contratos, devidamente autuados em processo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A manifestação de interesse na prorrogação do contrato deve ser feita pela permissionária, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A prorrogação fica condicionada à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e à elaboração de Estudos de Viabilidade Econômica do Empreendimento (EVTE), em conformidade com o art. 49 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, com vistas a subsidiar o juízo de conveniência e oportunidade da Administração.

PARÁGRAFO QUARTO - A elaboração do estudo citado no PARÁGRAFO TERCEIRO deve ser concluída pela RFB em até 6 (seis) meses após a manifestação do permissionário em prorrogar o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Para fins de prorrogação, a permissionária deve ter o desempenho considerado satisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

PARÁGRAFO SEXTO - Ainda que atendidos os requisitos dos parágrafos anteriores, a prorrogação do contrato, prevista no § 2º do art., 1º da Lei nº 9.074, de 1995, não constitui direito da permissionária, ficando sujeita a análise discricionária da Permitente, que poderá rejeitar a prorrogação motivadamente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO - A permissionária deve incumbir-se da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação no Porto Seco, nos termos do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX e das condições por ela propostas, constantes dos seus documentos de classificação (proposta) e de habilitação, inerentes à Concorrência RFB/SRRFRF- Nº .../20XX.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No Porto Seco a permissionária poderá auferir receitas acessórias, em decorrência da prestação de serviços conexos com aqueles objeto da permissão, desde que tenha feito a opção na proposta apresentada, conforme inciso VI do item 3.2.39 do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX de acordo com tabela que espelhe os preços de mercado, prestados facultativamente aos usuários, relativos à estadia de veículos e unidades de carga, pesagem, limpeza e desinfecção de veículos, fornecimento de energia, retirada de amostras, lonamento e deslonamento, emissão de títulos, colocação de lacres, expurgo e reexpurgo, embalagem e reembalagem, unitização e desunitização e outros serviços complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de Porto Seco industrial, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Deverá ser colocada no Porto Seco, apenas placa de identificação nas dimensões mínimas de 2,5m X 5,0m, por conta da permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela SRRF recinto jurisdicionante.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso a permissionária queira que conste da placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, uma área equivalente a um quinto da área da placa.

PARÁGRAFO QUARTO - Durante a execução do contrato, havendo interesse da permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da permissionária, após autorização da Permitente, sem prejuízo do disposto no subitem 6.7 do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX.

PARÁGRAFO QUINTO - O exercício da fiscalização por parte da Permitente (inciso I da cláusula quarta) não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade da Permitente.

PARÁGRAFO SEXTO - Para fins de alfandegamento e verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX e dos documentos de classificação (proposta) e de habilitação, e das normas da RFB pertinentes ao alfandegamento, o Porto Seco será vistoriado por equipe regional de alfandegamento, nos termos do inciso II da cláusula quarta.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O ato declaratório de alfandegamento do Porto Seco será expedido, na vigência do prazo contratual, cumpridas as condições do contrato e de alfandegamento conforme o disposto na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la.

PARÁGRAFO OITAVO - No exercício da fiscalização, a Permitente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária.

PARÁGRAFO NONO - Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª RF, composta de representantes da Permitente, da permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995, e no art. 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Os serviços prestados no Porto Seco observarão o disposto no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas pertinentes e na proposta apresentada na licitação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O dirigente da unidade da RFB, com jurisdição sobre o Porto Seco, expedirá as normas operacionais complementares necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor que acompanhará e fiscalizará permanentemente a sua execução (fiscal do contrato).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O desempenho da permissionária, que compreenderá a qualidade dos serviços prestados no porto seco e a regular execução do contrato, será avaliado conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE - Incumbe à Permitente:

I - acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do contrato, por meio de servidor formalmente designado (fiscal do contrato), e expedir normas operacionais complementares, por intermédio da unidade da RFB com jurisdição sobre o porto seco; (art. 29, inciso I, da Lei nº 8.987, de 1995 e art. 22, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022)

a) caberá ao fiscal do contrato observar e cumprir as disposições estabelecidas pelo art. 23 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, realizar a avaliação de desempenho da permissionária conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022, instruir eventuais processos de aplicação de sanções administrativas previstas nas cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda, considerando o rito estabelecido nos seus subitens 13.6.1, 13.6.2.1, e 14.4.4.1, bem como fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

b) o disposto na alínea "a" não exclui nem reduz a responsabilidade da permissionária ou de seus agentes ou prepostos, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando, na ocorrência destes, corresponsabilidade por parte da permitente.

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio equipe regional de alfandegamento, com jurisdição sobre o porto seco;

III - alfandegar o porto seco, por meio de ato declaratório mencionado no parágrafo sétimo da cláusula terceira deste contrato, e dessa forma autorizar o início de funcionamento do recinto, após lavrado(s) o(s) termo(s) de vistoria e desde que satisfeitas todas as condições contratuais e de alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos na cláusula décima segunda deste contrato;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma da Lei no 8.987, de 1995, das normas pertinentes e do contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço; e

XIII - avaliar o desempenho da permissionária conforme Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vistoria prevista no inciso II desta cláusula será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso VIII da cláusula quinta;

II - sendo verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas, a equipe regional de alfandegamento consignará as pendências no respectivo termo que será levado ao conhecimento da permissionária, a qual sanará as referidas pendências, no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a equipe regional de alfandegamento procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo; e

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA - Incumbe à permissionária:

I - manter prepostos (gerente e fiel depositário - inciso VII do subitem 3.3.1, do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX) no porto seco, com experiência profissional e com o mesmo nível de responsabilidade, de pelo menos 1 ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirá perante a RFB a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços ali executados e com poderes para responder pela permissionária;

II - responsabilizar-se por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados e por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da permitente;

IV - comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da RFB com jurisdição sobre o porto seco, por intermédio do fiscal do contrato (subitem 7.12 do Edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX , c/c parágrafo Décimo

Primeiro da cláusula Terceira e inciso I da cláusula Quarta, deste contrato) qualquer substituição da equipe técnica (gerente e fiel), observado o disposto no item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF – No .../20XX;

a) a referida substituição só será deferida se os membros da nova equipe possuírem comprovada experiência profissional, conforme previsto no item 3.3.1 do edital da Concorrência RFB/SRRF – No .../20XX.

b) entende-se como "gerente" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados nas dependências do porto seco e pelo pronto restabelecimento de qualquer problema operacional que vier a ocorrer naquele recinto e como "fiel depositário" o funcionário da permissionária que detiver a responsabilidade pela movimentação, guarda e conservação das mercadorias que adentrarem e saírem do porto seco.

V - prover todos os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, equipamentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo porto seco;

a) fornecer todos os equipamentos, materiais, mobiliários, equipamentos e suprimentos de informática e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), equipamentos de segurança do trabalho, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pela equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no porto seco, desde que seja solicitado pela permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do contrato;

b) disponibilizar meios de movimentação e dispositivos adequados à carga e descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como disponibilizar locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da RFB em exercício no porto seco; e

c) disponibilizar diariamente transporte em condições de segurança e conforto para os servidores da RFB que prestem serviço no Porto Seco de _____, desde a unidade da RFB jurisdicionante localizada em _____ até o recinto do Porto Seco e vice-versa, exclusivamente nos casos em que esse recinto for localizado em área não assistida por linha regular de transporte público.

c.1) o transporte a que se refere a alínea "c" deste item, pode ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, devendo ser feito em veículo devidamente caracterizado e de uso coletivo.

VI- responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, submetendo-se às demais exigências da fiscalização da RFB;

VII - apresentar à fiscalização da RFB, quando solicitado e em tempo hábil, todos os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo porto seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

VIII - comunicar à permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da RFB jurisdicionante, que o recinto se encontra em condições de entrar em funcionamento, em conformidade com o edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX e documentos de habilitação e classificação (proposta) apresentados pela licitante, e com as condições para alfandegamento conforme o que dispõe a Portaria RFB nº 143, de 2022, ou de norma que vier a alterá-la ou sucedê-la;

IX - instalar e manter no porto seco, sem ônus para a permitente, os serviços públicos de água, esgoto, eletricidade, telefonia e outros necessários ao seu perfeito funcionamento;

X - assumir os encargos relativos aos gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto e telefone, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do porto seco e à realização dos serviços lá prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da Legislação Federal, Estadual e Municipal no que concerne às atividades do porto seco;

XI - assumir os encargos relativos aos custos do laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos do que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 2.064, de 17 de fevereiro de 2022, ou norma que a vier a alterá-la ou sucedê-la;

XII - apresentar ao fiscal do contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco Industrial, se for o caso;

XIII - comunicar à unidade da RFB com jurisdição sobre o recinto o decurso de prazo de permanência no recinto das mercadorias, veículos transportadores ou unidades de carga, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no Parágrafo Único do art. 29, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, ou pela legislação que vier a sucedê-la ou alterá-la;

XIV - manter, sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a RFB, veículos transportadores, unidades de carga e mercadorias retidas, apreendidas ou abandonadas;

a) não será devida remuneração pela RFB pela guarda e armazenagem de mercadorias nos termos do **caput** deste inciso.

XV - comunicar à unidade da RFB de jurisdição, em até 5 (cinco) dias, o decurso do prazo estabelecido no inciso II do art. 29 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

XVI - disponibilizar equipamentos de informática no Porto Seco que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela RFB, em conformidade com o disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022, e nas normas complementares que disciplinam sua aplicação;

XVII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, sob pena da caducidade da permissão;

XVIII - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

a) manter serviços adequados de vigilância na área abrangida pelo porto seco, de manutenção e conservação (preventiva e corretiva) das instalações, equipamentos e maquinários instalados no porto seco, além de prestar serviços de modernização e atualização dos equipamentos de informática, sem ônus para a permitente, desde que sejam indispensáveis à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela permissionária.

XIX - prestar contas da gestão do serviço à permitente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XX - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXI - permitir aos encarregados da fiscalização da RFB livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

a) disponibilizar acesso aos sistemas informatizados exigidos para fins de alfandegamento, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022.

XXII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente;

XXIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIV - executar, sem ônus para a permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXIX deste subitem;

XXV - manter, no porto seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso anterior;

XXVI - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXVII - disponibilizar para a RFB, a qualquer momento durante a execução contratual e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle aduaneiro, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 2022, durante toda a vigência do alfandegamento;

XXVIII - submeter à permitente, por intermédio da unidade da RFB de jurisdição do porto seco, para fins de autorização e anuência prévia, a transferência da permissão ou do seu controle acionário pretendidos, nos termos do que dispõe o art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, o Decreto nº 2.763, de 1998, e a Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, e da legislação que vier a alterá-la ou sucedê-la, sob

pena de caducidade da permissão; e

a) a transferência da permissão ou do controle acionário de que trata este inciso, sem a anuência prévia da RFB, implicará caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

XXIX - caberá à permissionária adotar e seguir o **layout** de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada;

a) entende-se por **layout** de armazenagem de mercadorias a planta baixa dos armazéns do porto seco onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria.

b) poderá haver quantas alterações forem necessárias no **layout** de armazenagem, desde que não prejudiquem os serviços de fiscalização da RFB e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do contrato.

c) ocorrendo qualquer alteração no **layout** de armazenagem do porto seco, caberá sempre ao fiscal do contrato anexar cópia do novo **layout** ao dossiê de acompanhamento do contrato do porto seco.

XXX - É obrigação da permissionária arcar com o custo do seguro de bens e mercadorias (art. 4º, II, da IN RFB nº 2.111, de 2022), a União deve constar como beneficiária.

CLÁUSULA SEXTA - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços relativos à movimentação e à armazenagem de mercadorias prestados pela Permissionária no porto seco serão pagos pelo usuário, conforme as seguintes tarifas constantes da sua proposta apresentada na licitação:

I - tarifas para armazenagem de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro:

a) para armazenagem de mercadorias na importação/exportação ou no trânsito aduaneiro:

1 - por cento (...%) do valor da mercadoria na condição de venda, por um período de dez dias ou fração;

2 - reais (R\$....) por veículo, no caso de mercadorias armazenadas no veículo transportador, por um período de 6 (seis) horas ou fração.

II - tarifas para movimentação de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro:

1 - reais (R\$.....) por metro cúbico (m³) ou fração; ou

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Observados o tipo de serviço, de operação e de acondicionamento da mercadoria, a permissionária poderá, a seu critério, cobrar pelos serviços prestados aos usuários quaisquer das tarifas respectivas constantes da sua proposta, sendo permitido acordo com os usuários do serviço quanto à forma de tarifação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será permitido também acordo entre a permissionária e o usuário nos seguintes casos:

I - cobrança de tarifas menores que as constantes desta cláusula;

II - cobrança de tarifas maiores que as constantes desta cláusula quando se tratar de produtos tóxicos, odorantes, inflamáveis, corrosivos e outros produtos considerados perigosos ou nocivos à saúde pela legislação pertinente, bem como produtos frágeis e de difícil manipulação, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), exceto, para tarifa de armazenagem, quando se tratar de armazenagem de mercadorias no veículo transportador;

III - cobrança de tarifas de movimentação maiores que as constantes desta cláusula quando o objeto for a prestação de serviços de responsabilidade da contratada fora do expediente normal de funcionamento do porto seco, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %); e

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores que as constantes desta cláusula a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a cem por cento (100 %), não cumulativo, exceto quando se tratar de armazenagem de mercadorias no veículo transportador.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Entende-se por armazenagem a guarda ou o depósito de bens ou de mercadorias, sob controle aduaneiro, em porto seco, inclusive no veículo transportador.

PARÁGRAFO QUARTO - São operações de movimentação o deslocamento, o movimento, o manuseio ou a mudança de lugar ou de posição de bens ou de mercadorias, sob controle aduaneiro, em Porto Seco.

PARÁGRAFO QUINTO - Serviços conexos são serviços prestados pela permissionária, associados com o objeto da permissão e contratados facultativamente pelos usuários do porto seco.

PARÁGRAFO SEXTO - É vedada a cobrança pela prestação dos serviços elencados no PARÁGRAFO QUINTO, sempre que sua utilização decorrer da necessidade do exercício da fiscalização aduaneira, em consonância com o art. 4º, **caput**, § 1º e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DAS TARIFAS - O valor das tarifas referentes à movimentação e à armazenagem de mercadorias poderão ser revistas a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pedido de revisão das tarifas, quando requerido pela permissionária, deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (Subitem 3.2.39, IV e V do edital da Concorrência RFB/SRRF - Nº .../20XX), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ressalvados o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a SRRF.... deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

PARÁGRAFO QUARTO - Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

PARÁGRAFO QUINTO - As receitas acessórias e complementares, de que trata o parágrafo primeiro da cláusula terceira, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Não caberá revisão de tarifas caso o permissionário deixe de prestar serviços conexos cuja receita tenha sido utilizada no demonstrativo de viabilidade econômica do empreendimento proposto no certame ou caso não se concretize, durante a execução do contrato, o valor de receitas acessórias estimado por ocasião da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DAS TARIFAS - Os valores das tarifas dos serviços permitidos serão reajustados anualmente, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{I_0} \cdot V_0$$

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês do reajuste;

I₀ = Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna/IGP-DI do mês de apresentação da proposta na licitação;

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de revisão contratual de tarifas nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS - Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da Permitente e da permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder Permitente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela permissionária na prestação do serviço; e

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos

por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA - Para o fiel cumprimento das obrigações relativas ao início das atividades do porto seco no prazo estabelecido no inciso I do subitem 3.2.39 do edital da Concorrência RFB/SRRF ... Nº/20XX e observância das cláusulas e condições deste contrato, bem como as decorrentes da legislação aduaneira, a permissionária apresentou garantia sob a modalidade, no valor de R\$ 61.336.470,27 (sessenta e um milhões trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e sete centavos), conforme faz certo nos documentos entranhados às fls., do Processo Administrativo nº

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia terá o seu valor atualizado periodicamente com o mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a permissionária deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela Permitente, mediante ofício entregue contra recibo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Após o cumprimento fiel e integral do contrato, a garantia prestada pela Permissionária será liberada pela União, por intermédio da SRRF

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES - Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente ao Decreto-Lei nº 37, de 1966 e à Lei nº 10.833, de 2003, a permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas pela inexecução total ou parcial dos dispositivos contratuais aqui estabelecidos:

I - advertência pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII e XXIX da cláusula Quinta deste contrato.

II - multa:

a) de R\$ 348.113,11 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e treze reais e onze centavos), por dia de atraso no início de funcionamento do porto seco, nos termos do inciso I do item 3.239 do Edital de Concorrência RFB/SRRF – Nº/20XX;

b) de dois por cento (2%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, e III, da cláusula quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

c) de cinco por cento (5%) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos VI, XI, XXI e XXVII, da cláusula Quinta deste contrato, aplicada em dobro na reincidência;

d) de R\$ 6.962.262,22 (seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos), por desistência de assumir a

permissão, após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado no inciso I do item 3.2.39 do Edital de Concorrência RFB/SRRF – Nº/20XX, excluídas as hipóteses de transferência de concessão ou permissão ou do controle acionário, constantes da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

III - impedimento de licitar e contratar aplicado ao responsável pela infração, pelo prazo legal, de acordo com a gravidade do ato cometido.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos nos termos da Lei de Licitações e Contratos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação de regência das licitações e contratos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da permissionária, no respectivo processo administrativo, nos prazos previstos na Lei de Licitações e Contratos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No processo administrativo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO - As sanções previstas nesta cláusula serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, acompanhado de termo circunstanciado de constatação da hipótese de infração aos termos e obrigações contratuais, juntamente com documentos comprobatórios e a proposição à autoridade competente para aplicar a sanção pertinente ao caso, com o conhecimento do titular da unidade de jurisdição do porto seco.

I - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I, II, e III desta cláusula, a SRRF..., após a análise do processo administrativo:

a) verificando a procedência da sanção proposta, ou outra cabível, retornará o processo à unidade de origem para ciência e defesa escrita da permissionária, no prazo previsto na Lei de Licitações e Contratos;

b) apresentada a defesa escrita pela permissionária, o processo será encaminhado à SRRF... para julgamento;

c) da decisão que aplicar a sanção cabe recurso, no prazo estabelecido na Lei de Licitações e Contratos, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, que poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo estabelecido pela Lei de Licitações e Contratos ou, nesse mesmo prazo, encaminhar à autoridade competente para decidir; e

d) verificando o não cabimento de sanção, retorna-se o processo à unidade de origem para ciência e arquivamento.

PARÁGRAFO QUINTO - Na aplicação da sanção constante do inciso IV da cláusula Décima Primeira deste contrato, observados os procedimentos de instauração e condução definidos pela Lei de Licitações e Contratos, para aplicação da referida penalidade, a SRRF, verificando a procedência da sanção proposta, encaminhará os autos, devidamente instruídos, ao Sr. Ministro de Estado, por intermédio do Gabinete da RFB, para análise e decisão;

I - Da decisão que aplicar a sanção referida no caput deste parágrafo, cabe pedido de reconsideração ao Sr. Ministro de Estado, nos termos da Lei de Licitações e Contratos.

PARÁGRAFO SEXTO - Na aplicação das sanções constantes dos incisos I e II, alíneas “b” e “c”, desta cláusula do contrato, será considerada reincidente a permissionária que, dentro do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas desta cláusula deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, no Estado de, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pela permitente.

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de reincidência em advertência na mesma infração ou de ocorrência de prejuízos à permitente e aos usuários dos serviços do porto seco, será aplicada a multa estabelecida na alínea “b”, do inciso II, da presente cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO - Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa permissionária; e

VII - revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 1995.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso previsto no inciso II desta cláusula, o poder Permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à permissionária, na forma do parágrafo segundo desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder Permitente durante o prazo da permissão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inexecução total ou parcial do contrato

acarretará, a critério do poder Permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições dos parágrafos quarto ao oitavo desta cláusula, do art. 27 da Lei nº 8.987, de 1995, e das demais cláusulas contratuais, no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO - A caducidade da permissão poderá ser declarada pelo poder Permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base o desempenho considerado insatisfatório, com base na média das avaliações realizadas, nos últimos 2 (dois) anos, utilizando Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022;

II - a permissionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

III - a permissionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a permissionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a permissionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a permissionária não atender à intimação do poder Permitente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a Permissionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

PARÁGRAFO QUINTO - A declaração da caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

PARÁGRAFO SEXTO - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à permissionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no parágrafo quarto desta cláusula, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais. Todavia, o processo administrativo será instaurado diretamente, no caso de infração não passível de suprimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder Permitente, independentemente de indenização.

I - o processamento da declaração de inadimplência seguirá, no que couber, o rito definido nos parágrafos Quarto e Quinto da cláusula Décima Primeira deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - Declarada a caducidade, não resultará para o poder Permitente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da permissionária.

PARÁGRAFO NONO - A transferência da permissão ou do controle societário da permissionária sem prévia anuência do poder Permitente implicará a

caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não sanadas, dentro do prazo concedido, as pendências apontadas pela Equipe Regional de Alfandegamento, na fase de alfandegamento do Porto Seco de que trata o inciso II do parágrafo único da cláusula Quarta deste contrato, operar-se-á a caducidade da permissão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder Permitente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese prevista no parágrafo Décimo Primeiro desta Cláusula, os serviços prestados pela permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual seguirá as disposições da Lei nº 8.987, de 1995, e subsidiariamente as da Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALIDADE E EFICÁCIA - O presente contrato só terá validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovado pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal e publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, no Portal Nacional de Compras Públicas, e no sítio oficial da Receita Federal na internet.

PARÁGRAFO ÚNICO - PUBLICAÇÃO - Incumbirá à Permitente providenciar, a sua conta, a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos de que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO DESEMPENHO DA PERMISSIONÁRIA - O desempenho da permissionária será avaliado, considerando-se a execução das obrigações contratuais da permissionária e a satisfação objetiva dos usuários com relação à qualidade dos serviços e ao atendimento de seus direitos discriminados na cláusula nona deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A permissionária, na prestação dos serviços, compromete-se a empregar materiais e equipamentos de qualidade e a manter instalações e métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, conforme estabelecido a seguir:

- I - regularidade, caracterizada pela prestação continuada dos serviços;
- II - continuidade, caracterizada pelo permanente oferecimento dos serviços;
- III - eficiência, que compreende a prestação satisfatória dos serviços;
- IV - segurança, caracterizada pelos mecanismos que a permissionária irá adotar para preservação de suas instalações e para proteção das mercadorias sob a sua guarda;

V - atualidade, que compreende a modernidade das técnicas empregadas, dos equipamentos e das instalações utilizadas e a sua conservação, bem como a melhoria dos serviços;

VI - generalidade, que compreende a igualdade dos usuários na prestação dos serviços;

VII - cortesia, caracterizada pelo atendimento ágil e respeitoso a todos os usuários dos serviços permitidos; e

VIII - modicidade das tarifas, caracterizada pelo esforço permanente da permissionária em reduzir custos, criando condições para a redução das tarifas quando dos reajustes e revisões.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O desempenho da permissionária será avaliado nos meses de junho e dezembro pelo fiscal do contrato de que trata o parágrafo Décimo Primeiro da cláusula Terceira, mediante expedição de relatório circunstanciado, de acordo com Método de Avaliação de Desempenho estabelecido pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022, que estabelece critérios, indicadores, fórmula e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, acompanhado dos formulários de avaliação, estabelecidos pela Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022, será:

I - submetido à autoridade contratante, com proposta, inclusive, de aplicação de sanções previstas neste contrato, obedecidas as disposições constantes na Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022, que estabelece o Método de Avaliação de Desempenho; e

II - encaminhado à equipe de que trata o parágrafo Quarto desta cláusula devendo constar do relatório que será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece a Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

PARÁGRAFO QUARTO - Os serviços serão, também, avaliados nos meses de junho e dezembro pela comissão de fiscalização a que se refere o parágrafo nono da cláusula terceira deste contrato, sendo adotados os procedimentos previstos na Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro 2022.

PARÁGRAFO QUINTO - A autoridade contratante adotará as medidas julgadas cabíveis à vista dos relatórios apresentados pelo fiscal do contrato e pela comissão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Não será admitida a subconcessão ou subpermissão, a associação da permissionária com outrem, ou a cessão total ou parcial da permissão outorgada, objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e outros assemelhados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REVERSÍVEIS - Finda a permissão não haverá reversão de bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO ARQUIVAMENTO - A Permitente manterá cópias autenticadas deste contrato e dos termos aditivos que eventualmente

forem firmados, em arquivo próprio, à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA REGULARIDADE FISCAL - A Permissionária encontra-se admitida e em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme a declaração impressa constante à folha ____ do Processo Administrativo nº

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO - Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, será competente o Foro da Justiça Federal em< cidade >, da Seção Judiciária do Estado (ou Distrito Federal)< estado sede da SRRF >

E, para firmeza e como prova de assim haver, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 3 (três) vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado cronologicamente na..... da SRRF..., com registro sistemático de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

....., ____ de ____ de 20XX.

PERMITENTE:

NOME:

CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PERMISSIONÁRIA:

NOME:

CARGO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Testemunhas:

Nome

CPF nº

CI nº

.....

Nome

CPF nº

CI nº

.....